Apresentação: 09/09/2024 11:52:19.717 - MESA
RIC n.3382/2024

# CÂMARA DOS DEPUTADOS
# Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024**

(Do Sr. **Marcos Pollon**)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Ricardo Lewandowski,** para esclarecer sobre a operação realizada na cidade de Terra Roxa, PR, que resultou na agressão de um oficial da Força de Segurança Nacional e o roubo de um fuzil da corporação.

Requeiro a V. EXª, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações pelo Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, que resultou na agressão de um oficial da Força de Segurança Nacional e o roubo de um fuzil da corporação.

Para tanto, seguem os questionamentos abaixo:

1- A Força Nacional de Segurança está cumprindo a legislação pátria no que tange a expulsar invasores de propriedades privadas produtivas?
2- Os invasores auto declaram serem indígenas, porem há diversos relatos de pessoas que participam das invasões não fazem parte de qualquer etnia, e sim são estrangeiros vindo da Bolívia, Paraguai e de outras nacionalidades. Essa informação está sendo apurada pelo Governo Federal?
3- A Força Nacional de Segurança, em operações de desocupação de terras por invasores tem número satisfatório para garantir os proprietários rurais que produzem no país?

*CD244585718400*
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244585718400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 09/09/2024 11:52:19.717 - MESA
RIC n.3382/2024

4- Os conflitos agrários se agravaram no atual governo, qual a ação tomada pelo Governo Federal para impedir atos criminosos e para garantir a segurança para os produtores rurais?
5- Foram realizadas reuniões com o Governador do Estado do Paraná, para, especificamente, tratar dos conflitos de terra naquele Estado, qual a ação foi determinada pelo Governo Federal?
6- O Ministério da Justiça considera a Força Nacional de Segurança capaz de realizar ações para diminuir os conflitos agrários no país?
7- Não só no Estado do Paraná estão ocorrendo conflitos agrários, mas em diversos outros Estados da Federação, tais como Mato Grosso do Sul, Rondônia e outros tantos. O Ministério da Justiça tem conhecimento qual o tamanho destes invasores?
8- A pacificação do campo no país passa necessariamente pela garantia do cumprimento da lei e da ordem, qual a previsão deste Ministério para iniciar essa pacificação?
9- Por fim requer sejam respondidas as questões acima no prazo legal para que possamos juntos e com urgência, buscar soluções para a garantia da propriedade privada e da vida dos produtores rurais.

## JUSTIFICATIVA

Os conflitos agrários no Brasil são um problema histórico e persistente, com raízes profundas que vem se agravando nos últimos anos, pessoas invadem áreas produtivas alegando serem indígenas e que tem o direito àquele imóvel rural.

O presente requerimento de informações ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para esclarecer a real função da Força Nacional de Segurança, pois em operação realizada em 06 de setembro de 2024, um oficial foi agredido e seu fuzil roubado por supostos indígenas que estão há tempos invadindo terras em vários estados brasileiros causando pânico nos produtores rurais.

Diversas regiões do País concentram disputas de terra entre agricultores e indígenas, no caso da cidade de Terra Roxa os conflitos haviam se intensificado em

*CD244585718400*
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244585718400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 09/09/2024 11:52:19.717 - MESA
RIC n.3382/2024

julho deste ano. Naquele mês, propriedades rurais foram invadidas em Terra Roxa e Guaíra, na fronteira do Brasil com o Paraguai e em outros locais espalhados no país, como o caso da cidade de Douradina, no Estado do Mato Grosso do Sul. De acordo com relatos feitos ao Sindicato Rural na cidade, os invasores agrediram o filho do proprietário rural a pauladas – uma unidade do Samu precisou ser acionada para prestar atendimento.

Os produtores rurais donos de áreas no município de Douradina (MS) tanto quanto os produtores de Terra Roxa  estão passando por uma situação que tem se tornado comum no País: as invasões de terras produtivas por supostos povos indígenas. Desde o início deste governo, dezenas de indígenas da etnia Guarani-Kaiowá, da comunidade Panambi Lagoa Rica, tomaram à força propriedades rurais no município e estão ameaçando ampliar a área invadida.

Porém cumpre salientar que em visita pessoal a área invadida foi notada a presença de paraguaios, bolivianos e pessoas de países vizinhos ao Brasil, portanto os tais “indígenas” são importados para causar o conflito de terras no país.

Como já informado as terras invadidas são produtivas e produtores rurais  verificaram que alguns “indígenas” estão portando armas de fogo, o que aumenta ainda mais a tensão entre produtores rurais e os invasores e agora estão partindo para o confronto com a Força Nacional, inclusive.

Diante desse cenário, o presente requerimento de informações  do Ministro da Justiça é não apenas justificado, mas necessário. Precisamos entender as razões que levaram à omissão do Poder Executivo em tomar atitudes necessárias para devolver as terras invadidas aos produtores rurais que muito contribuem para a produção agrícola no país.

A Federação da Agricultura do Paraná (Faep/Senar) divulgou uma nota de repúdio à invasão da propriedade rural: “(…) Mais uma vez, a região Oeste do Paraná é palco de invasões de terra. O local tem sido alvo frequente de indígenas invadindo propriedades rurais privadas. No começo do mês de julho, uma propriedade rural no município de Terra Roxa foi invadida por indígenas. O Sistema FAEP/SENAR-PR ressalta que a passividade do poder público em controlar as invasões tem servido de

*CD244585718400*

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244585718400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 09/09/2024 11:52:19.717 - MESA
RIC n.3382/2024

incentivo para que novos grupos se formem. Ainda, a entidade pede que o Marco Temporal, que ratifica que as demarcações de terras indígenas devem ser limitadas à data da promulgação da Constituição Federal seja cumprido, para que os produtores rurais tenham segurança jurídica.

O Ministério da Justiça precisa dar uma resposta rápida e efetiva para acalmar estes invasores de terras, pois a questão se agrava a cada dia e a violência está em vias de se tornar uma tragédia nunca antes vista no país, pois os mesmos já tem enfrentado o Estado Brasileiro representado pela Força Nacional que por vezes se omite frente a situação.

Se o governo brasileiro não cumprir suas funções constitucionais, o país poderá viver um caos no campo e lembremos que a nossa Carta Magna garante o direito de propriedade e determina que o governo pacifique situações de tensão.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa de Leis com o interesse público, solicitamos as informações deste requerimento, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 09 de setembro de 2024.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

*CD244585718400*

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244585718400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

# CÂMARA DOS DEPUTADOS
## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 09/09/2024 11:52:19.717 - MESA
RIC n.3382/2024

*CD244585718400*

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244585718400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon